

---

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS  
E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 13ª REUNIÃO**

Data: 28 de agosto de 2007.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU/MMA, Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério dos Transportes - MT: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Béríte Carmo Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SEMUC: Ademilson Zamboni  
(ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia - MME: Vanessa Mamede (vanessa@dnpm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional - MI: José Luiz Miranda de Almeida  
(joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério das Cidades - MCidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br)
- Ministério do Turismo - MTur: ausência
- Ministério da Defesa - MD: Tarcísio Alves de Oliveira - Conselheiro  
(tarcisio@ema.mar.mil.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – ES/MG: Aline Nunes Garcia  
(aline.iema@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – RJ/SP: Lina Maria Aché  
(sma.linaa@cetesbnet.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: ausência
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Paulo Roberto Castella  
(pcastella@sema.pr.gov.br)
- Usuário/Indústria: Celso Garagnani (garagnani@terra.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: João  
Carlos Milanelli (joaom@cetesbnet.sp.gov.br)
- Organizações Não-Governamentais - ONGs: Andréa Paula de Carestiatto Costa  
(andreacarestiato@institutoipanema.net)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - OTEPs: Luiz Fernando Cybis – Conselheiro  
(lfcybis@uol.com.br)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Antônio Edson Guimarães Farias (MME) – antonio.farias@mme.gov.br
- Cilene de Freitas (Elabore Consultoria de Meio Ambiente) – cilene.freitas@elabore.com.br
- Cláudia Magalhães (GQCA/MMA) – claudia.magalhaes@mma.gov.br
- Gabriel Carneiro Torres Rêgo (FONASC) – fonascdbh@yahoo.com.br
- Gilberto Fonseca Barroso (UFES/ES) – gfbarroso@gmail.com
- Jean Franco Schmitt (SEAP/PR) – jfschmitt@seap.gov.br
- João Luiz Nicolodi (GQCA/SEMUC/MMA) - joao.nicolodi@mma.gov.br
- Leonardo Mitre (ANA) – mitre@ana.gov.br
- Lucia Maria Gaudencio (ANP) – lgaudencio@anp.gov.br
- Maria Carolina Hazin (SBF/MMA) – maria-carolina.hazin@mma.gov.br
- Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br
- Rodrigo Mattioli (SRHU/MMA) – rodrigo.mattioli@mma.gov.br

**RELATORIA:**

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRHU/MMA – rachel.siqueira@mma.gov.br

53

54 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

55 Item 1 – Abertura / Aprovação da minuta de ata da 12ª reunião: No dia 28 de agosto de 2007,  
56 com início às 9h30, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos  
57 Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
58 (CNRH) realizou sua 13ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do  
59 Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)**, tendo como relatora a Sra. **Rachel Landgraf de**  
60 **Siqueira (SRHU/MMA)**, da Secretaria Executiva do CNRH. Após alterações nas linhas 170 e  
61 200 da minuta encaminhada previamente, a ata foi aprovada. Item 2 – Início dos estudos para  
62 uma proposta de deliberação que aborde o instrumento de gestão “Outorga de Direito de Uso de  
63 Recursos Hídricos”: O Sr. Leonardo Mitre, Especialista em Recursos Hídricos da Agência  
64 Nacional de Águas (ANA), foi convidado a repassar a experiência da formulação e da  
65 aprovação da Resolução CNRH nº 65 - Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos  
66 para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de  
67 licenciamento ambiental. O Sr. **Leonardo Mitre (ANA)**, o qual foi relator, no âmbito da  
68 Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras  
69 (CTPOAR), do grupo de trabalho que construiu a proposta, agradeceu o convite e explanou  
70 sobre a 65. Explicou que, para a CTPOAR, o tema “Integração entre Outorga e Licenciamento”  
71 seria traduzido em três momentos: 1. Articulação entre tempos e movimentos para a emissão de  
72 cada um dos atos – compatibilização de tomadas de decisão; 2. Integração de sistemas de  
73 informações; e 3. Integração de procedimentos de análise. A Resolução CNRH nº 65 tratava,  
74 explicitamente, apenas do primeiro momento. Para os demais momentos apenas houve o  
75 indicativo para futuras Resoluções, até porque para a integração dos procedimentos de análise  
76 dependeria da tipologia de cada empreendimento. Em seguida, relatou o percurso da proposta:  
77 1. a primeira versão foi redigida pela Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental  
78 (CTCQA) do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), em 2002; 2. a CTCQA  
79 realizou três reuniões sobre o assunto; 3. interrupção das reuniões da CTCQA em função de  
80 alterações nas representações no CONAMA; 4. recebimento de documentos sobre a integração  
81 de procedimentos de outorga e licenciamento por três estados: Minas Gerais (Resolução  
82 SEMAD nº 146, de 05/06/2003), Paraná (Resolução SEMA nº 03, de 03/02/2004), e São Paulo  
83 (Resolução Conjunta SMA-SERHS nº 01, de 23/02/2005); 5. com a interrupção das discussões  
84 no CONAMA, alguns estados avançaram; 6. encaminhamento para o CNRH; 7. GT específico  
85 na CTPOAR (cinco reuniões, de maio a outubro de 2004); 8. convites para reuniões foram  
86 feitos para todos os órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente / participação de  
87 52 pessoas / representantes de órgãos ambientais e de recursos hídricos de 12 estados; 9. já em  
88 discussão por toda a CTPOAR, a intenção inicial era Resolução Conjunta CNRH/CONAMA –  
89 impossível com os regimentos internos existentes; 10. Parecer Jurídico CONJUR/MMA:  
90 possibilidade de emissão de Resolução via CNRH – Parecer nº 108, de abril/2005; 11.  
91 CTPOAR encaminha para discussão na CTCQA em fev/2005 - a análise resulta em  
92 recomendação de aprovação pelo CNRH; 12. CTPOAR apresenta a proposta de Resolução à  
93 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ) do CONAMA, em março/2005: resulta em  
94 demanda de reunião conjunta com a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais  
95 (CTIL) do CNRH; 13. aprovada na CTIL em junho/2005 (após duas reuniões); 14. reunião  
96 conjunta entre CTIL e CTAJ, em julho/2005, tendo um “de acordo” pela CTAJ; 15. em  
97 18/07/05, a matéria foi apresentada ao plenário do CNRH, contudo os segmentos “Indústria” e  
98 “CERH – Bahia” pediram vistas à proposta; 16. em 28/11/05, a proposta foi levada novamente  
99 ao plenário, quando não chegou a ser apreciada pelo conselheiros. Foi acordado que voltaria  
100 para as câmaras técnicas envolvidas diante das sugestões existentes nos pareceres de pedidos de  
101 vistas; 17. em 27/01/06, a CTPOAR retomou o assunto; 18. em 17/02/06, a Indústria concordou  
102 com a proposta desde que fosse retirado o termo “integração”; e 19. em 7/12/2006, a proposta  
103 foi aprovada pelo plenário do CNRH. Quanto aos participantes do GT na CTPOAR,  
104 coordenação: SMA/SP; relatoria: ANA; estados representados: AM, BA, MG, MT, PE, PR,

105 RN, RO, RS, SP, TO, além do DF (contribuições do PI por *e-mail*); representações federais:  
106 ANA, IBAMA, DNPM/MME, SRH/MMA, DAI/SECEX/MMA, SQA/MMA, SEAP/PR, MT e  
107 FUNASA; outras: CNT, ABINAM, CVRD, Sec. Transportes/SP e CNI; e acompanhamento  
108 pela secretaria do CONAMA. O Sr. **Leonardo Mitre (ANA)** apresentou as diretrizes  
109 estabelecidas na Resolução CNRH nº 65 e recomendou as seguintes linhas de trabalho para a  
110 CTCOST: 1. ao definir o objetivo de uma proposta de Resolução ou de outro instrumento legal,  
111 que a Câmara incorporasse preocupações que deveriam ser levadas em consideração na análise  
112 ou nos procedimentos de outorga, e que definisse a integração de procedimentos entre as  
113 entidades que têm atribuições legais nas zonas costeiras (análises, tempos e movimentos e  
114 sistemas de informações); e 2. que a CTCOST enviasse a proposta para a CTPOAR, assim que  
115 estivesse aprovada no GT, para análise e sugestões (apresentação anexa a esta ata). Diante da  
116 explanação do Sr. Leonardo Mitre e da constatação de que a Resolução 65 não mencionava,  
117 nem nos considerandos, a região costeira, foi criado o grupo de trabalho “Integração de Outorga  
118 e Licenciamento em Zona Costeira”, com o objetivo de revisar a legislação existente sobre  
119 esses instrumentos de gestão a fim de propor adequações, o que poderia até gerar modificações  
120 nas Resoluções do CNRH nºs 65 e 16 (outorga), e na 237/97 do CONAMA (regulamenta os  
121 aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente).  
122 Composição do GT: Luciano Meneses (ANA/MMA) – coordenador, Ademilson Zamboni  
123 (SEMUC/MMA), Aline Nunes (CERH ES/MG), Antônio Edson Guimarães (MME), Bértes  
124 Cabral (SRHU/MMA), Jean Schmitt (SEAP/PR), José Luiz Miranda (MI), Lina Aché (CERH  
125 SP/RJ), Paulo Roberto Castella (CERH PR/MT), Roberto Monteiro (SRH/MMA), e mais dois  
126 integrantes que seriam convidados – um da CTPOAR/CNRH e outro da CTCQA/CONAMA.  
127 Para os convidados seriam encaminhados ofícios. Para o início dos trabalhos desse novo GT,  
128 foi sugerido que, além do levantamento da legislação existente, houvesse apresentações sobre  
129 as experiências dos estados e o resgate dos resultados de dois eventos: 1º Workshop Nacional  
130 para a Integração das Águas Interiores e Costeiras, em Vitória/ES, em 2001; e reunião,  
131 promovida pela ANA, sobre outorga em região costeira, em maio de 2004, em Balneário de  
132 Camboriú/SC. Por fim, o Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** comentou que outra  
133 questão complexa que deveria ser inserida nos estudos é a seção de uso de águas da União, o  
134 que no caso era feita pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) – uma discussão que já  
135 estava sendo iniciada pela SEAP/PR. Sendo assim, a SPU seria convidada a fazer uma  
136 apresentação na CTCOST, o que levantaria atribuições não só dispostas em leis infra-  
137 constitucionais, mas na própria Constituição brasileira. Houve inversão na pauta, adiantando o  
138 [Item 4 – Informes gerais](#): O Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** informou que o  
139 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) havia preparado um  
140 Edital, que seria lançado em setembro, sobre gestão de estuários. Os recursos eram do Fundo  
141 Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro). Em linhas gerais, a intenção do Edital era entender  
142 as contribuições continentais para o estuário – como isso se manifestava. Tendo ciência disso, o  
143 GERCOM propôs ao CNPq fazer a leitura inversa, ou seja, como se manifestavam as alterações  
144 do mar para o estuário. Isso seria feito por meio de duas chamadas para a elaboração de Cartas  
145 de Sensibilidade ao Derramamento de Óleo, nas bacias do Espírito Santo e na de Campos. A  
146 esse Edital seria aportado R\$ 2 milhões. A comissão do CT-Hidro ainda avaliaria a proposição,  
147 mas tudo indicava que seria aceita. Concomitantemente ao Edital, seria lançado o Atlas de  
148 Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo da Bacia de Santos. Restaria, ainda, estudos  
149 para as bacias do Norte (Pará, Maranhão, Barrerinhas e foz do Amazonas) e de Pelotas/RS. [4.1](#)  
150 [- Curso sobre integração de instrumentos de Gestão Costeira e de Recursos Hídricos, previsto](#)  
151 [para acontecer no próximo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em outubro,](#)  
152 [em Foz do Iguaçu/PR](#): O Sr. **João Luiz Nicolodi (SEMUC/MMA)** disse que o curso já estava  
153 confirmado pela coordenação do Fórum Nacional para os dias 25 e 26 de outubro (6h de curso  
154 – pelas manhãs) e que estava sendo montado de acordo com a proposta apresentada na reunião  
155 anterior da Câmara. Ficaram mantidas as sessenta vagas, com prioridade para representantes de  
156 comitês de bacias em região costeira e de GERCOs. Convites já havia sido encaminhados para

os GERCOs. No caso de comitês de bacias, a participação seria indicada pelos representantes dos colegiados no Fórum de Comitês. A reunião da CTCOST poderia acontecer no dia anterior, pela manhã (24/10). O Sr. **Luiz Fernando Cybis (OTEP)** avisou que, nos dias 4 e 5 de setembro, em Salvador/BA, ocorreria reunião do colegiado coordenador do Fórum, quando aconteceriam outras decisões sobre o evento, inclusive prazos e formas de inscrições. Os resultados seriam repassados posteriormente. Item 3 – Relato do Grupo de Trabalho “Base Territorial”, seguido de debate: O Sr. **João Luiz Nicolodi (SEMUC/MMA)** distribuiu um documento produzido pelo GT, o qual reproduzia uma seqüência de etapas para o Plano de Bacia em relação à interface com a zona costeira: 1ª. Delimitação da unidade hidrográfica e ambiente marinho adjacente; 2ª. Delimitação das zonas de gestão conforme critérios mínimos definidos; 3ª. Desenvolvimento de diagnóstico dos usos de recursos hídricos, atores sociais e conflitos de uso dos recursos; 4ª. Definição das interfaces de gestão de recursos hídricos e costeiros; 5ª. Sensibilização e percepção/avaliação dos atores sociais (membros dos comitês de bacia e colegiados costeiros); e 6ª. Avaliação da necessidade de ampliação das zonas de gestão conforme diagnóstico dos conflitos de usos dos recursos hídricos. Relatou que o grupo buscou definir, com base no que já existia de mais prático, eficiente e eficaz, uma área para a gestão integrada, a qual foi dividida em Zona Crítica, Zona Dinâmica e Zona de Influência. Para cada zona, foi apresentado: definição, justificativa, finalidade, parâmetros para delimitação, métodos para delimitação, disponibilidade de dados e informações para delimitação e implementação, viabilidade, uso dos recursos hídricos existentes nessas zonas, e uso do solo – regulamentação e apropriação existente (documento anexo a esta ata). Após a apresentação da proposta, foi dado intervalo para almoço entre 12h15 e 14h10. No retorno, houve esclarecimentos sobre o trabalho e sugestões à proposta. Como encaminhamento, o GT Base Territorial deveria agregar a proposição, com as modificações sugeridas e acatadas, à minuta de Resolução que estabelece aspectos adicionais que devem ser incluídos nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira. Após isso, uma nova versão seria gerada e repassada, pela Sra. Rachel Landgraf, para todos os membros da CTCOST. Com a nova versão em mãos, a CTCOST teria um prazo de cerca de dez dias para enviar sugestões ao texto, as quais seriam estudadas na 14ª reunião da Câmara. A intenção seria levar um documento consensado pela CTCOST para os participantes do curso no Fórum de Comitês. O curso deveria ser um bom teste de aceitação da Resolução, antes dela seguir para o plenário do CNRH. Item 5 – Encaminhamento dos trabalhos / encerramento: 14ª reunião da CTCOST: 4 e 5 de outubro. Pauta: Análise final da proposta de Resolução sobre planos, antes de apresentá-la aos participantes do curso no Fórum de Comitês; Notícias sobre o curso; e relato do GT “Integração de Outorga e Licenciamento em Zona Costeira”. Nesse momento, às 16h50, o Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 13ª reunião da CTCOST.

194

195 **Resumo das deliberações:**

196 1- Foi criado o **GT “Integração de Outorga e Licenciamento em Zona Costeira”**, com o objetivo  
197 de revisar a legislação existente sobre esses instrumentos de gestão a fim de propor adequações;  
198 2- Convidar a **Secretaria de Patrimônio da União (SPU)** para falar sobre seção de uso de águas  
199 da União, com o intuito de auxiliar as atividades do novo GT;  
200 3- O **GT Base Territorial** deveria agregar a proposição apresentada nesta reunião à minuta de  
201 Resolução que estabelece aspectos adicionais que devem ser incluídos nos planos de recursos  
202 hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira. Após isso, uma nova versão seria  
203 gerada e repassada, para todos os membros da CTCOST. Com a nova versão em mãos, a  
204 CTCOST teria um prazo de cerca de dez dias para enviar sugestões ao texto, as quais seriam  
205 estudadas na 14ª reunião da Câmara. A intenção seria levar um documento consensado pela  
206 CTCOST para os participantes do curso no Fórum de Comitês.

207 4- 14<sup>a</sup> reunião da CTCOST: 4 e 5 de outubro. Pauta: Análise final da proposta de Resolução  
208 sobre planos, antes de apresentá-la aos participantes do curso no Fórum de Comitês; Notícias  
209 sobre o curso; e relato do GT “Integração de Outorga e Licenciamento em Zona Costeira”.

210

211 Ata aprovada na 14<sup>a</sup> reunião da CTCOST, em 4 de outubro de 2007.

212

213

214

215

**Ademilson Zamboni**

216

Presidente da CTCOST

**Rachel Landgraf de Siqueira**

Relatora da CTCOST